

Suplicy critica o aumento artificial de reservas

BRASÍLIA — O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) acusou ontem o governo de estar ampliando artificialmente a capacidade do Brasil de pagar sua dívida externa, ao emitir cruzeiros e títulos da dívida pública para comprar os dólares que estão sendo utilizados para formar reservas internacionais. Ele afirma que se não houver um limite à emissão de cruzeiros pelo Banco Central, o governo estará utilizando parâmetros extremamente elásticos para definir quanto o Brasil pode pagar a seus credores sem prejudicar o desenvolvimento interno.

Em companhia de outros líderes políticos do Senado, Suplicy almoçou ontem com o ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, e com diretores do Banco Central. Ele não se satisfaz com a explicação do diretor de Política Monetária do BC, Pedro Bodin, que dissera ontem de manhã, aos membros do Conselho Monetário Nacional (CMN), que o aumento da dívida interna ocorrido neste início de ano não trazia problemas. Segundo Bodin, o BC emitiu títulos para trocá-los pelos cruzados liberados e pelos dólares que entraram no Brasil em grande volume. Na opinião do diretor do BC, esta operação apenas provocava uma troca no tipo de dívida — externa por interna —, sem aumentar o endividamento global do País. Ele explicou que este endividamento foi reduzido em quase

US\$ 2 bilhões desde setembro passado, em consequência de uma queda na dívida externa.

O senador percebeu que este mecanismo de troca de dívida pode servir para o governo fugir aos limites de pagamentos impostos pelo Senado, sem no entanto transgredir o texto legal. Pela Resolução 82 do Senado, o Brasil tem que manter reservas internacionais suficientes para pagar quatro meses de importações do país, calculadas de acordo com a importação média dos últimos doze meses. O que sobrar além desta parcela poderá ser usado para se efetuar pagamentos de juros e principal da dívida externa.

Ocorre que as operações que o governo está fazendo permitem ao Banco Central ampliar as reservas, usando dinheiro emprestado dos investidores internos, e não dinheiro resultante do aumento da arrecadação do governo federal. Como está havendo aumento na entrada de moeda estrangeira no Brasil, o BC emite cruzeiros para comprar os dólares, que vão para as reservas e são utilizados para pagar os credores.

Em seguida, o Banco Central vende títulos federais, recebendo em pagamento os cruzeiros emitidos para comprar os dólares. Na avaliação do Banco, a emissão de título tem apenas o objetivo de reduzir a quantidade de dinheiro em circulação, evitando uma retomada da inflação. A acumulação de reservas seria apenas uma consequência deste processo. Já o senador Suplicy não

está preocupado com a causa alegada para a operação, e sim com seu efeito final, que implica o descumprimento dos limites pretendidos pelos senadores quando aprovaram a Resolução 82.

Para evitar o descontrole, Suplicy cobra a fixação de limites à emissão de moeda pelo Banco Central. No ano passado, a primeira previsão era de emissão de US\$ 2,66 bilhões; mas em junho, quando o Brasil estava para assinar o acordo sobre os juros atrasados com os bancos, este teto já havia subido para US\$ 7,53 bilhões. Para sua surpresa, ouviu em fevereiro do ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, que a emissão no ano passado havia sido de US\$ 9,7 bilhões. “Causa-me grande preocupação esta grande emissão de moeda, pois desta forma fica muito elástica a capacidade de pagamento do país”, criticou Suplicy.

☐ O Senado instalou ontem CPI que vai investigar os números da evasão fiscal no país, especialmente pela sonegação de impostos. A constituição da CPI foi requerida em 12 de dezembro pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP). A presidência da CPI foi entregue ao senador Ronan Tito (PMDB-MG) e o relator será o próprio Fernando Henrique Cardoso. Integram a CPI, entre outros, os senadores do PMDB Antônio Mariz e Ronan Tito; do PSDB, Chagas Rodrigues; e Magno Bacelar, do PDT.